

O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano II | Volume 3 | Nº 9 | Boa Vista | 2020

<http://www.ioles.com.br/boca>

ISSN: 2675-1488

<http://doi.org/10.5281/zenodo.4015580>



CICLOS ECONÔMICOS, REORGANIZAÇÃO PRODUTIVA E UBERIZAÇÃO DO TRABALHO

Matheus Felipe Gomes Dias¹

Resumo

O presente ensaio busca abordar as recentes transformações no mundo do trabalho, sobretudo a partir de uma discussão sobre a relação entre Ciclos Econômicos e reorganização produtiva. Com base nisso, recorre-se a literatura sociológica com o objetivo de compreender uma relação entre Ciclos econômicos, uberização do trabalho, tecnologia e reorganização produtiva. Deste modo, busca-se sistematizar uma discussão preliminar desta relação, buscando trazer uma base argumentativa para uma pesquisa mais ampla, que permita compreender esse fenômeno associado as transformações nas mobilizações políticas dos trabalhadores e um aprofundamento dos aspectos recentes dos embates entre capital e trabalho.

Palavras chave: Ciclos Econômicos; Forças Produtivas; Reorganização Produtiva; Trabalho; Uberização.

Abstract

This essay seeks to address the recent transformations in the world of work, especially from a discussion on the relationship between Economic Cycles and productive reorganization. Based on this, sociological literature is used in order to understand a relationship between Economic Cycles, labor uberization, technology and productive reorganization. In this way, a preliminary discussion of this relationship is systematized, seeking to bring an argumentative basis for a broader research, which will allow us to understand this phenomenon associated with the transformations in the political mobilizations of workers and a deepening of the recent aspects of the clashes between capital and labor.

Keywords: Economic Cycles; Productive Forces; Productive Reorganization; Uberization; Work.

A discussão sobre ciclos econômicos e seus impactos nas relações de trabalho não constituem algo novo no debate sociológico e, sobretudo, nos estudos contemporâneos do trabalho. Ao longo do século XX percebe-se o estabelecimento de uma relação entre ciclos produtivos, conflitos sociais de relações de trabalho.

Dessa forma, surge na literatura sociológica do período – em correlação com outros campos das ciências humanas – uma compreensão de que o desenvolvimento do capitalismo necessita de ciclos de desenvolvimento e recessão - sejam longos ou curtos – para que ele continue existindo.

Com base nisso, o presente ensaio tem por objetivo aprofundar uma discussão a respeito dos ciclos econômicos, os conflitos sociais e as relações de produção nas dinâmicas do capitalismo moderno, buscando traçar uma relação entre ciclos econômicos, estrutura produtiva e uberização do trabalho.

¹ Bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Membro do Centro Acadêmico Livre de Ciências Sociais e do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Movimentos Sociais (NEMOS). Email para contato: matheusdias543@gmail.com



Diante disso, inicia-se apresentando uma breve discussão acerca dos conceitos utilizados no decorrer deste ensaio. Posteriormente, apresenta-se uma análise com base na literatura sociológica, econômica e histórica a respeito dos fenômenos sociais propostos.

CICLOS ECONÔMICO, UBERIZAÇÃO E REORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

O capitalismo ao longo de seu desenvolvimento criou diversas formas de gestão das relações de produção. Essa criação não deu de maneira igual e combinada, pelo contrário, a compreensão das relações do capitalismo não pode ser feita de maneira isolada ou baseada em regionalidades. Dessa maneira, uma análise, por exemplo, dos aspectos econômicos que motivaram o surgimento das relações de produção deve ser acompanhado de um processo de verificação de outros aspectos, tais como: as relações sociais, as dinâmicas de organização do trabalho, conflitos sociais e, acima de tudo, o comportamento da burguesia em relação às lutas do proletariado.

Nesse sentido, encontram-se os Ciclos de Kondratiev. Secco e Ferreira (2016, p. 62) compreendem os Ciclos de Kondratiev como:

“A repetição cíclica de períodos de subinvestimento preenche a função de liberar o capital necessário para essa modalidade de revolução tecnológica (...)”. Assim, ocorre renovação de capital fixo (investido em maquinaria), aumento da produtividade do trabalho e da exploração mais intensificada do trabalhador. Abre-se, por outro lado, a possibilidade de luta pela redução da jornada de trabalho. Pode haver ainda deslocamento geográfico de capitais excedentes em busca de novas fronteiras de acumulação e da força de trabalho, “desemprego tecnológico” (na verdade ele é social) e mudança do padrão de organização fabril. Tudo isso afeta a classe operária, suas organizações sindicais e partidárias.

Dessa maneira, os ciclos econômicos podem ser compreendidos enquanto períodos de flutuação da mais-valia que, ao invés de ser incorporada no aumento da produção, é transformada em capital necessário para o desenvolvimento tecnológico. Singularmente, a alteração dos ciclos econômicos corresponde, de maneira geral, na alteração das relações de produção. A respeito disso, Bernardo (2009, p. 142-143) observa que:

Contrariamente à visão que a estatística oficial difunde, a fortuna de um capitalista não reside, sobretudo, no rendimento de que se apropria pessoalmente, mas na capacidade que tem de participar na superintendência dos processos de trabalho, no controle sobre o produto final e sobre a renovação dos ciclos produtivos e na aplicação do capital gerado. Para um capitalista, a opção ou, mais exatamente, a imposição do meio social circundante é entre o consumo individual da mais-valia, que não reproduz a sua posição nos ciclos econômicos, e o reinvestimento da mais-valia, que renova as possibilidades de exploração e, assim, reproduz e reforça o estatuto de classe.



Com base nisso, as cíclicas mudanças no diz respeito a mais-valia impactam significativamente nas relações e formas de gestão da produção. Por conseguinte, encontra-se o fato de que a alteração dos ciclos econômicos no final da década de 1960 criou como possibilidade uma reorganização do trabalho (ANTUNES, 1999).

Nesse sentido, Antunes (1999) compreende o surgimento do *toyotismo* como produto dessa alteração na gestão da produção. Dessa maneira, destaca-se que

A crise do padrão de acumulação taylorista/fordista, que aflorou em fins de 60 e início de 70 - que em verdade era expressão de uma crise estrutural do capital que se estende até os dias atuais - fez com que, entre tantas outras consequências, o capital implementasse um vastíssimo processo de reestruturação, visando a recuperação do seu ciclo reprodutivo e, ao mesmo tempo, repor seu projeto de dominação societal, que foi abalado pela confrontação e conflitualidade do trabalho que questionaram alguns dos pilares da sociabilidade do capital e de seus mecanismos de controle social (ANTUNES, 1999, p. 1).

À vista disso, os ciclos econômicos trazem consigo aspectos de mudanças nas relações de produção e, conseqüentemente, na forma de gestão do trabalho. Com base nisso, o modelo de gestão *toyotista* trouxe como elemento fundamental um aumento da produtividade, um acirramento da exploração do trabalho e estabeleceu uma ideologia fundada na individualidade.

A respeito deste último, Antunes (1999, p. 3) observa que:

Opondo-se ao contra-poder que emergia das lutas sociais, o capital iniciou um processo de reorganização das suas formas de dominação societal, não só procurando reorganizar em termos capitalistas o processo produtivo, mas procurando gerar um projeto de recuperação da hegemonia nas mais diversas esferas da sociabilidade. O fez, por exemplo, no plano ideológico, através do culto de um subjetivismo e de um ideário fragmentador que faz apologia ao individualismo exacerbado contra as formas de solidariedade e de atuação coletiva e social.

Por esse ângulo, além das mudanças nas relações de produção, condições de produção e gestão, o penúltimo ciclo econômico trouxe uma nova forma de organização social e política. As dinâmicas da luta dos trabalhadores que outrora estavam centradas em organizações políticas coletivas, transformam-se em aspectos de fragmentação e dissolução do conceito de classe.

Diante disso, torna-se fundamental observar os aspectos organizativos dos trabalhadores transformarem-se, cada vez mais, em aspectos voláteis e subjetivistas. Por consequência, é preciso esclarecer para que não haja equívocos: os embates entre capital e trabalho continuam existindo e os ciclos econômicos podem potencializá-los e criar igualmente novas formas de organização. No entanto, a luta dos trabalhadores, diante dessas novas formas de gestão, tornaram-se distintas e, em sua grande maioria, assumem características de isolamento.



Concomitantemente, as lutas isoladas são facilmente apreendidas pelo capitalismo, de modo que o isolamento não permite o desenvolvimento de formas de solidariedade material e sentimental. Para além disso, o isolamento das lutas cria um espectro de repressão e assimilação maior, visto que não há uma relação de interdependência entre os polos produtivos.

O capitalismo é um sistema econômico integrado em escala mundial. Logo que os trabalhadores, com o desenvolvimento das formas organizativas saídas da luta autônoma e perante o recuo dos capitalistas, começam a tomar conta do aparelho produtivo e a reorganizá-lo segundo os novos critérios, deparam com o mercado mundial. Ao mesmo tempo que vão sendo reestruturados, estes processos de produção não deixam de necessitar dos *inputs* produzidos em empresas que continuam a ser organizadas de acordo com a disciplina capitalista; e, quanto ao seu *output*, em alguns casos pode escoar-se mediante os mercados de solidariedade, mas nos restantes defronta também o mercado mundial. Se só num pequeníssimo número de empresas economicamente isoladas os processos de trabalho se reestruturam em formas anticapitalistas, então as dimensões do mercado de solidariedade são muito reduzidas, limitando-se a bens de uso corrente. Se a produção autônoma alastra-se em toda uma região ou num país, então o mercado de solidariedade poderá estender-se às relações entre unidades produtivas e abranger meios de produção e matérias-primas; mesmo neste caso, porém, e admitindo que algumas unidades de produção conseguissem assim escoar todo o seu *output*, sem recorrerem a exportações para o mercado mundial, a grande parte não poderia fazê-lo e, de qualquer modo, terá sempre de se recorrer, direta ou indiretamente, ao mercado mundial para a obtenção de *inputs* (BERNARDO, 2009, p. 359).

Com base nisso, as relações sociais de produção, a partir do *toyotismo*, constituiu um estado de vigilância. Consequentemente, a gestão do trabalho, cada vez mais, torna-se ampla. Através da vigilância o processo produtivo assume um caráter demasiadamente precário, no ponto de vista da intensificação.

Ademais, a vigilância constituiu-se elemento de controle e gestão de conflitos. Se nas formas anteriores de gestão do trabalho e da produção, os capitalistas possuíam certos problemas na identificação dos trabalhadores que sabotavam o processo produtivo ou, mais ainda, os que realizavam greves e paralisações. Com o advento da vigilância, a tecnologia tornou-se um importante instrumento de identificação e repressão dos trabalhadores (BERNARDO, 2004).

Diante deste contexto, empreender uma discussão a respeito dos conflitos sociais e as novas relações de trabalho no *toyotismo* coloca, acima de tudo, uma análise a respeito do papel dos ciclos econômicos e sua interação com as novas dinâmicas de organização do trabalho. Desse modo, o trabalho por aplicativos tem estado no centro do debate, sobretudo pelas dinâmicas de organização e gestão do processo produtivo.

Portanto, encontra-se o movimento da economia de compartilhamento, que consiste na interação virtual entre empresas e consumidores para trocas no mundo real (SLEE, 2017). Esse aspecto das relações de trabalho coloca como fundamento a existência da tecnologia como instrumento de interação,



as empresas como fornecedoras do produto ou serviço e o cliente ou consumidor como receptor do produto final.

Destarte, percebe-se que as novas dinâmicas de interação, propostas pela economia de compartilhamento, criam inúmeras possibilidades de atuação, seja no empréstimo de ferramentas, o transporte de passageiros, alugueis imobiliários de curta duração, a compra de alimentos ou tarefas domésticas. O fato é que a economia de compartilhamento se tornou um aspecto fundamental das modernas relações de trabalho.

Simultaneamente, de acordo com Slee (2017), o movimento da economia de compartilhamento traz ainda uma espécie de reordenamento burocrático e regulador em diversos países do mundo. Nesse sentido, a economia de compartilhamento tem criado diversas tensões no que diz aos impactos institucionais e sociais.

Slee (2017) observa, por exemplo, o impacto da Uber e do Airbnb nas relações sociais e nas instituições ao redor do mundo. Para o autor:

Ambas caíram em controvérsia em muitas cidades onde operam, entrando em conflito com regulações e leis urbanas, e ambas adotaram a estratégia de forçar a barra para crescer, buscando simular um cenário consumado diante dos governos lentes e frequentemente desguarnecidos de servidores. Ambas acreditam que suas inovações tornam obsoletas as regras existentes, e que suas tecnologias podem resolver problemas que a regulação urbana foi incapaz de solucionar, mas de maneira melhor e com uma atuação mais discreta (SLEE, 2017, p. 26).

Um aspecto chama demasiada atenção no que diz respeito da economia de compartilhamento e, conseqüentemente, a uberização do trabalho: ou seja, as empresas da economia de compartilhamento exercem uma verdadeira pressão sob o Estado de modo que este crie ou desfaça medidas de regulação. Slee (2017) chama a atenção para este fato quanto observa, por exemplo, as medidas adotadas pela Airbnb em Nova York quando o governo decidiu suspender as atividades da empresa na cidade, a partir de uma lei que regulava os aluguéis e o sistema hoteleiro. Além disso, o governo americano percebia que a atuação da empresa criava uma tensão entre inquilinos e proprietários que, ou despejavam as pessoas e transformava em um quarto de aluguel temporário ou os próprios inquilinos alugavam suas casas para outras pessoas através do Airbnb (SLEE, 2017).

Essas disputas levaram a suspensão das atividades do Airbnb na cidade e provocou uma contraofensiva da empresa que durou de 2010 a 2014, quando a empresa, pela primeira vez cedeu e apresentou dados referentes aos aluguéis da cidade. Os dados demonstravam que, em 2017 a empresa possuía mais de 38 mil anfitriões, ou seja, 38 mil pessoas que alugavam suas casas ou quartos (SLEE, 2017).



Coincidentemente, a Uber - empresa de corridas pagas - é outro exemplo da economia de compartilhamento, ou seja, conectando pessoas que querem se deslocar a um determinado lugar, com pessoas que podem oferecer este deslocamento com seus carros. No entanto, a intervenção da Uber nas instituições democráticas torna-se ainda mais visível que o exemplo anterior. Isto diz respeito a desregulação do serviço de táxis em diversos países, a oferta de licenças e o pagamento de tributos específicos. Slee (2017, p. 105) observa esse aspecto e considera que “a Uber não está em campanha apenas contra as empresas de táxis. Está também em campanha contra as regulações existentes para os táxis”.

No plano de fundo desses casos, percebe-se algo de concreto, ou seja, o movimento da economia de compartilhamento tem utilizado de seu potencial para criar um escopo de desregulamentação e de precarização do trabalho. Torna-se contumaz essa observação a partir do momento em que se percebe o poder de organização e atuação dessas empresas e que corrobora na mudança de comportamento das instituições, sobretudo pela pressão que exerce sobre elas. Tomamos como exemplo essas organizações, pois elas representam com maior clareza o conceito de economia de compartilhamento. No entanto, o alcance das empresas vinculadas a economia de compartilhamento torna-se cada vez maior (ABÍLIO, 2017).

Embora essas organizações de novo tipo, amparadas na tecnologia, representem uma interligação entre indivíduos e uma cooperação social maior, percebe-se, por outro lado, a desfiguração de legislações trabalhistas, uma maior desregulação do Estado em relação ao mercado, uma alteração nos comportamentos políticos e, fundamentalmente, um alargamento da precarização do trabalho.

Diante do que foi largamente explicitado anteriormente, os ciclos econômicos estabelecem relações e dinâmicas de produção que lhes são únicas. Por conseguinte, embora que ciclos longos de Kondratiev sejam, na atualidade, utilizados em grande parte pela história econômica, percebe-se neles um fato demasiadamente significante. As transformações do capitalismo são, em grande parte, influenciadas pelas mudanças tanto em sua estrutura organizacional quanto em sua estrutura social. Nessa perspectiva, os ciclos econômicos demonstram alterações nas relações sociais de produção e nas dinâmicas de organização do trabalho que alteram consequentemente a vida social.

Coincidentemente, encontra-se como produto desse processo o surgimento do *toyotismo* que, significativamente, marca o atual cenário das relações de trabalho. Como demonstrado por Antunes (1999), as relações de trabalho no *toyotismo* criam o escopo organizacional onde a precarização surge como ordem estabelecida, como horizonte de desenvolvimento. Dessa maneira, percebe-se que as formas de organização do trabalho foram se alternando, ora pela maior penetração do *toyotismo*, ora



pelas mutações ou adaptações que este sofreu a depender das dinâmicas de organização do capitalismo em determinadas regiões.

Antunes (1999, p. 7) sublinha esse aspecto considerando que:

Algumas das repercussões destas mutações no processo produtivo têm resultados imediatos no mundo do trabalho: desregulamentação enorme dos direitos do trabalho, que são eliminados cotidianamente em praticamente todas as partes do mundo onde há produção industrial e de serviços; aumento da fragmentação no interior da classe trabalhadora; precarização e terceirização da força humana que trabalha; destruição do sindicalismo de classe e sua conversão num sindicalismo dócil, de parceria, ou mesmo em um "sindicalismo de empresa".

Ao mesmo tempo, uma discussão a respeito da correlação entre ciclos econômicos, gestão do trabalho e formas de organização traz, como questão fundamental, a observação de aspectos de mutação ou dinâmica de organização do capitalismo em um determinado país. Nesse sentido, é importante salientar que o capitalismo é um modelo amparado numa organização internacional e, dessa forma, compreender as dinâmicas da totalidade implica em compreender igualmente as particularidades. É impossível, por exemplo, tratar do capitalismo no Brasil desassociando-o do capitalismo no mundo.

Com base nisso, os ciclos econômicos impactam as relações de produção no capitalismo e cria igualmente formas próprias de retomada e reorganização da produção. O que quero dizer é simples: os impactos do início ou do fim dos ciclos econômicos não podem ser os mesmos em todos os países. Essa diferenciação ocorre, pois os aspectos de organização do capitalismo alteram-se a depender de variáveis como, por exemplo, a estrutura produtiva, a qualificação da força de trabalho, a relação entre Estado e sociedade civil e etc.

Dessa forma, uma relação entre ciclos econômicos, gestão do trabalho e reorganização produtiva encontra-se numa linha de interdependência. A tecnologia exerce demasiada importância nesse processo, criando aspectos de mudança e adaptações na produção.

Por conseguinte, embora essa nova dinâmica de organização do trabalho tem utilizado a tecnologia e a vigilância como fundamento para a coerção e submissão dos trabalhadores dentro da dinâmica de repressão. A partir disso, as formas tradicionais de luta dos trabalhadores encontram-se num processo limítrofe, pois as táticas de luta anteriormente utilizadas não exercem a mesma eficácia. De forma preliminar, percebe-se que a dinâmica de desregularização criada pelo advento da economia de compartilhamento, coloca os trabalhadores numa estrutura de incertezas. Isto acontece, pois de forma jurídico-burocrática, estes trabalhadores não possuem contratos de trabalho ou instrumentos legais de pressão.

Por causa disso, apercebe-se as novíssimas formas de luta dos trabalhadores, sobretudo daqueles inseridos nas dinâmicas da uberização do trabalho. De forma, preliminar – pois este ainda é um estudo



inconcluso – pode-se afirmar que o movimento conhecido como “Breque dos Aplicativos” representa as novas formas de luta dos trabalhadores, trazendo como consequência uma nova dimensão dos empates entre Capital e Trabalho. Para além disso, essa forma de organização exprime com maior clareza o novo ciclo econômico.

REFERÊNCIAS

ABÍLIO, Ludmila Costhek. “Uberização do trabalho: subsunção real da viração”. **Passa Palavra** [19/02/2017]. Disponível em: <<https://passapalavra.info/2017/02/110685>> Acesso em: 18/05/2020.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

BERNARDO, João. **Democracia totalitária**: teoria e prática da empresa soberana. São Paulo: Editora Cortez, 2004.

BERNARDO, João. **Economia dos conflitos sociais**. São Paulo: Editora Cortez, 2009.

SECCO, Lincoln; FERREIRA, Fernando. S. “Ciclos econômicos e conflitos sociais”. **Revista de Economia Política e História Econômica**, vol. 36, 2016.

SLEE, Tom. **Uberização**: a nova onda do trabalho precarizado. São Paulo: Elefante, 2017.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano II | Volume 3 | Nº 9 | Boa Vista | 2020

<http://www.ioles.com.br/boca>

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávoro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima